AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 nº 3 05 DE ABRIL DE 1979

PERIODICOS

GOMES FREIRE -3. V.79- DR-RIO

BRASIL CORREIO 01,00 10416

0000000238
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS FGV
ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP

EAESP/FGV S. Cm. 14 MAI 1979 CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistemas de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Oleaginosa; Cereais de Inverno; Metais	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Serviço de Dados Básicos;	
Mandioca Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Porte; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro;	Ivan Wadekin
Café	João Luis Mascolo
Cana de Açúcar	Moema Unis Benevides
Moeda e Crédito; Editoração; Fumo; Arroz	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Arte Final	Jorge Martins dos Santos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Junior
Secretária	Maria Berni Medina de Abreu
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v.I – , n.1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. 3 nº 3

05 de abril de 1979

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

SUMÁRIO

Páginas

Nota da Edição II

PANORAMA AGROPECUÁRIO
Preços no Mercado Externo..... 2
Preços no Mercado Interno 4
Preços Relativos 6

COMENTÁRIOS
Café..... 8
Arroz..... 15
Milho..... 17
Feijão 19
Açúcar..... 22
Soja..... 26

Agroanalysis	Rio de Janeiro	vol. 3	nº 3	pag. 1 a 28	abril 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

Os primeiros três meses de 1979 mostraram que não deve haver descontinuidade na existência de estoques de gêneros alimentícios de primeira necessidade que possam ser utilizados com rapidez, pelo govêrno, para garantir o abastecimento interno e controlar a evolução dos preços ao nível do consumidor. Quando a estiagem afetou as safras de 1977/78, a CFP dispunha de estoques importantes de milho (1 milhão de t), arroz (1 milhão de t) e feijão (500 mil t). Mas as quebras foram de tal monta que o governo teve que recorrer a importações para atender às necessidades do consumo interno. Com a preocupação de não onerar o balanço comercial e de evitar o desestímulo ao produtor nacional, procurou-se importar apenas as quantidades necessárias para preencher o hiato entre a produção e o consumo: 1,5 milhão de t de milho, 115 mil t de arroz e 17 mil t de feijão. Além disso, no caso das importações de milho, o produto chegava ao Brasil a preços superiores aos do mercado interno, o que implicava em um ônus adicional para o governo na forma de subsídio. Por todas essas razões, o governo decidiu correr o risco de chegar às vésperas da safra seguinte com estoques extremamente reduzidos. Desta forma, a repetição de ocorrências climáticas negativas encontrou as autoridades responsáveis pelo abastecimento desprovidas de meios eficazes para regular o mercado de gêneros alimentícios: no varejo do Rio de Janeiro, o preço do feijão preto que era de Cr$ 10,20/kg, em começo de janeiro, alcançou um pico de Cr$ 13,50/kg no meio do mês de março e os preços do milho e do arroz só não experimentaram alta significativa porque são objeto de rígido controle no varejo e no atacado.

A importação, como política destinada a suprir as deficiências momentâneas do abastecimento interno, e por mais expedita que seja, tem inúmeras desvantagens em relação à constituição de estoques de segurança. Primeiramente, porque as compras externas só são decididas quando a escassez e/ou a especulação já estão claramente configuradas (ou, pior ainda, quando já se calcularam, com razoável grau de certeza, as necessidades de importação). E, depois de tomada a decisão de importar, a execução dessa medida fica submetida a uma série de trâmites burocráticos que retardam, ainda mais, a chegada dos produtos ao mercado nacional.

Em seguida, porque só a existência permanente de estoques em mãos do governo é capaz de prevenir a ação dos especuladores. E, finalmente, porque a importação sistemática de gêneros alimentícios cuja origem, não tão remota, é o desestímulo ao agricultor brasileiro, acaba inibindo o desenvolvimento da produção nacional.

Os números apresentados a seguir referem-se ao crescimento da produção de cinco produtos de abastecimento interno no período 1968–77.

TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS DE ABASTECIMENTO INTERNO
(1968–1977)

	ARROZ %	BATATA INGLESA %	FEIJÃO %	MANDIOCA %	MILHO %
1968/67	3,0	4,1	1,3	6,6	3,6
1969/68	3,8	2,6	-4,6	2,6	3,7
1970/69	2,3	-0,6	0,9	1,2	-5,3
1971/70	1,7	1,9	2,2	-32,7	-5,7
1972/71	-2,0	-5,1	0,4	45,3	-0,2
1973/72	-3,0	2,0	-3,8	-6,3	15,7
1974/73	3,8	1,9	-0,9	-6,3	14,2
1975/74	11,3	10,3	-5,8	-0,2	7,9
1976/75	10,4	4,1	0,5	1,5	5,9
1977/76	-1,1	6,2	-1,4	35,9	-5,3
Média	3,04	2,7	-1,1	4,8	3,4

FONTE: FIBGE.

Nota: Variações calculadas com base em médias móveis trienais da produção física.

Verifica-se que em dois casos (batata inglesa e feijão), o crescimento não foi suficiente para atender sequer ao crescimento da demanda decorrente da expansão demográfica. Especialmente grave, do ponto de vista social, é que para a maioria desses produtos, senão para a totalidade, a elasticidade-renda da demanda é ainda bastante alta nas classes de menor poder aquisitivo. É interessante ressaltar, também, graças à Tabela I, da página 20, que a disponibilidade bruta de feijão, mesmo com o crescimento das importações, se acha hoje no mesmo nível de 15 anos atrás para uma população substancialmente mais numerosa. A médio prazo, portanto, o problema do abastecimento só pode ser resolvido incentivando-se o agricultor brasileiro e constituindo-se estoques de segurança a partir dos excedentes gerados aqui mesmo, no Brasil.

Mas, para garantir o abastecimento interno no decorrer deste ano, só resta ao governo, mais uma vez, o recurso às compras externas. As importações de milho e arroz em casca autorizadas pelo CMN (1,5 milhão de t. e 700 mil t., respectivamente) parecem excessivas tendo em vista o objetivo exclusivo de compensar a diferença entre produção e consumo interno. Justificam-se, talvez, pela necessidade de conter a alta dos preços (e sobretudo a especulação) e pela conveniência de se reconstituir estoques para que se evite chegar novamente às vésperas da safra 1979/80 sem meios de prevenir a ocorrência de novo surto de especulação.

É preciso, contudo, compatibilizar esses esforços para conter a alta dos preços até a entrada das próximas safras com o objetivo de incentivar o produtor nacional. Para isso, seria importante que o govêrno demonstrasse, no momento oportuno, a intenção de fixar preços mínimos reconhecidamente estimulantes para a próxima safra.

Antes de terminar essa Nota da Edição, talvez convenha chamar a atenção do leitor para as conclusões embutidas nos comentários sobre café e açúcar. Com relação ao café, a análise demonstra que, pelo menos no estado de São Paulo, tradicional plantador, a "rubiácea" ainda é uma lavoura altamente rentável. Sua rentabilidade atual, embora menor do que a registrada nos anos de 1976 e de 1977, ainda se acha em nivel bem superior ao de antes da geada de 1975. E se a produção de café se tornou menos atraente nos últimos três anos, isso se deve muito mais à queda registrada nos preços do café — fenômeno perfeitamente natural após o nível recorde atingido pelas cotações no ano de 1976 — do que a uma elevação excessiva dos custos. A remuneração atual dos produtores parece, portanto, adequada para manter o estoque de cafeeiros dentro de limites compatíveis com a evolução do mercado.

O açúcar, a propósito, ilustra bastante bem os riscos de se expandir a capacidade de produção sem atentar para o crescimento futuro da demanda. O comentário da página 21 mostra que os preços baixos de hoje decorrem de uma expansão mais rápida da produção em relação ao consumo a partir de 1973/74. Dentre os países produtores de açúcar, o Brasil foi o que mais contribuiu, isoladamente, para esse aumento da oferta (cerca de 17% do total). Também com relação à produção de cana-de-açúcar o Brasil desempenhou papel importante na expansão do plantio; e dessa vez de forma ainda mais significativa: 24% do aumento registrado mundialmente. Menos mal se esse acréscimo de produção tivesse resultado de um aumento substancial da produtividade e não de uma extensão imoderada da área plantada, como foi o caso.

Excesso de produção, de um lado, e necessidade de importar, de outro, mostram bem que o setor agrícola brasileiro está precisando de uma estratégia de desenvolvimento que incentive a produção interna de alimentos e reduza drasticamente o desperdício de recursos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 16/04/79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 mai	79 jul	79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	+1%	+4%	8,21 (mai)		+3%					+11%	→	Permanece a expectativa em torno da ratificação do AIA pelo Congresso norte-americano.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters	+2%	+3%	58,71		+1%					+3%	→	Segunda intenção de plantio 79/80 norte-americano, superior em 2,8% à esperada, é contrabalançada pela menor competitividade das fibras sintéticas (elevação no preço do petróleo) e baixo nível dos estoques mundiais.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	+22%	+6%	138,75 (mai)		+1%					+2%	↗	Ação especulativa tende a recuperar parcialmente os preços.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	+31%	-7%	142,39 (mai)		-3%					-6%	→	Em resposta à garantia de preços concedida pelo IBC aos consumidores, contra eventuais reduções do preço mínimo de registro, tem aumentado a procura por café brasileiro. – Mercado começa a se normalizar depois do esfriamento gerado pela reunião da OIC.

* **Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

NOTA: Cotações no disponível de açúcar, cacau e café suspensas. Considera-se, então, o futuro 1ª entrega.

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 mai	79 jul	79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	+8%	-4%	248,53		+1%					+4%	↗	Intenção de plantio dos produtores norte-americanos revela queda de 0,6% relativamente a 1978. – Compras da China, URSS e Brasil reforçam a demanda internacional.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	-1%	+2%	740,88		0%				-9%		→	Demanda mundial vem sendo mais elevada do que o previsto, mas a oferta este ano será recorde.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters	-3%	+2%	193,19		+2%			-4%			↗	– Bom movimento das vendas norte-americanas. – Brasil fora do mercado.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	-6%	+8%	356,78		-6%				-9%		↘	Acordo de 1971 prorrogado até 1981.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 16 / 04 / 79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias SP	+12%	+9%	483,50	↘	Pico da safra meridional 78/79 coincide com estoques altos nas indústrias.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+1%	+6%	608,00 (**)	→	Acredita-se no mercado que brevemente os preços da tabela serão reajustados em pelo menos 10%. Este fator tem contribuído para manter retraídos os ofertantes.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+30%	-2%	2.265,00	↗	Continua a escassez do produto nas mãos dos atacadistas.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-32%	0%	608,34	↗	Época de maior oferta de boi gordo contrapõe-se à escassez cíclica.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

(**) Produto Tabelado.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

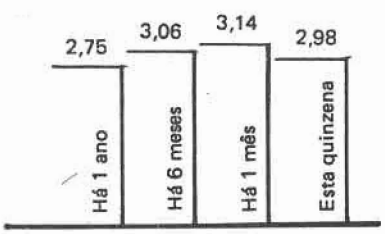
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+4%	530,00	↘	Oferta de feijão em SP deverá aumentar até agosto, com a entrada das safras do Nordeste e do Paraná. No RJ, mercado de feijão preto continua frouxo, com a saca de 60 kg estabilizada a Cr$ 550,00.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-16%	-3%	29,90	→	Consumo varejista durante a Páscoa aquém do esperado amplia os estoques. Manutenção do nível de preços estimula participação do produto no mercado de carnes.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+38%	+4%	132,17 (**)	↗	Preço de tabela do milho no mercado atacadista elevado para Cr$ 243,00/sc. 60 kg.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+6%	305,00	↘	Congelamento do preço do óleo por 60 dias levará as indústrias a pagarem menos pelos grãos.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

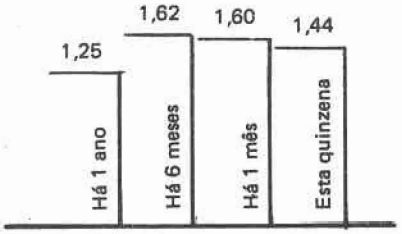
(**) Produto Tabelado.

MERCADO EXTERNO

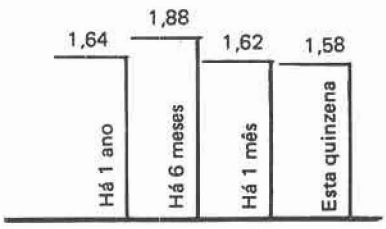
Soja / Milho



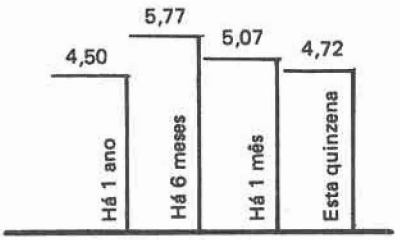
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



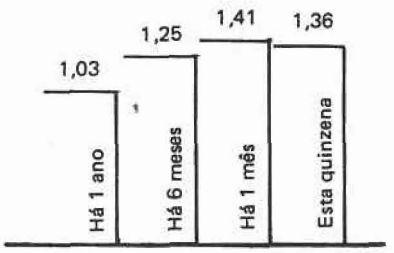
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTA: A previsão de descompasso entre oferta e demanda de milho no mercado internacional provocou elevação de 6,5% no preço deste grão durante os últimos 30 dias, o que explica a queda de 5,1% no preço relativo soja/milho esta quinzena em relação àquele de há 1 mês. *** Na atual quinzena, a relação de preços trigo/milho apresentou valor 11% inferior àquele de há 6 meses. No mercado tritícola, a falta de estoques reguladores de preços e a prorrogação de um acordo internacional que não atende aos interesses econômicos dos exportadores, responderam pela queda de 50 ¢/bushel observada no preço deste cereal durante as negociações. *** A queda de 2,5% verificada esta quinzena, na relação de preços algodão/soja, é fruto mais de uma redução de 3,4% no preço do algodão, do que de um modesto aumento nas cotações da soja (+0,3%) nos últimos 30 dias. *** A trajetória descendente, iniciada há 6 meses, pela relação de preços algodão/milho manifesta-se, ainda, esta quinzena, com um valor 6,9% menor do que aquele de há 1 mês. Há de se considerar como determinante deste fenômeno, o fato de virem decrescendo, ultimamente, as cotações do algodão face à perspectiva de grande produção norte-americana do produto aliada a uma demanda interna, naquele país, bastante enfraquecida.

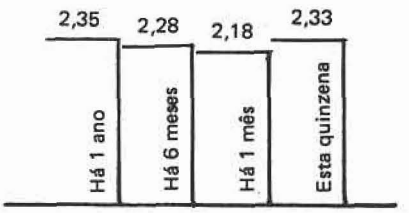
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

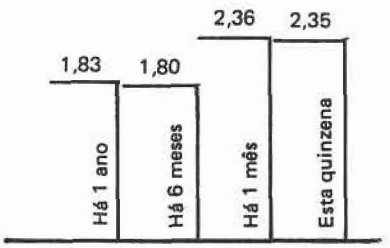
Boi Gordo / Frango Abatido



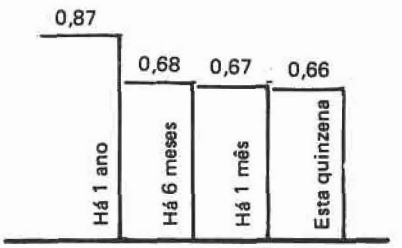
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Depois de sofrer sucessivas depreciações durante os 3 primeiros meses do ano, as cotações do frango abatido voltaram a subir (12,3% a mais, esta quinzena, em relação a 1 mês antes) uma vez que a demanda do produto reanimou-se após o final das férias escolares. Este fato, aliado à elevação de 9,8% do preço do boi gordo no mesmo período, respondeu pela queda de 3,5% ocorrida no preço relativo do boi gordo/frango abatido esta quinzena, em relação ao valor registrado há 1 mês. *** O aumento de 2% verificado no preço da ração da ave de corte, esta quinzena, não chegou a comprimir, significativamente, a margem de lucro dos avicultores, o que pode ser evidenciado pelo valor da relação frango abatido/ração que, além de semelhante àquela de há 1 ano, encontra-se em nível 6,9% superior àquele de um mês atrás. *** O leve declínio (-0,4%) verificado na relação de preços soja/milho, esta quinzena, em relação ao mesmo preço relativo de há 1 mês deveu-se ao fato de a queda das cotações do cereal ter sido ligeiramente menos acentuada do que aquela verificada no preço da oleaginosa. *** Praticamente inalterado, esta quinzena, o preço relativo feijão preto/feijão a cores, em comparação com os níveis de há 1 mês e de há 6 meses. Isto se deve ao fato de o mercado de feijão vir mantendo ritmo bastante calmo, ultimamente, uma vez que nos grandes centros consumidores do produto, diminuíram as compras especulativas face à expectativa de entrada da nova safra.

Comentários

SACAS DE CAFÉ SE VALORIZARAM EM RELAÇÃO AOS FERTILIZANTES

O objetivo desta nota é fazer uma análise comparativa dos preços pagos e recebidos pelos agricultores na lavoura cafeeira de São Paulo ao longo dos últimos anos.

Tomemos, inicialmente, a relação entre preços de café e preços de fertilizantes, com base nos dados da tabela 1.

Tabela 1

Sacas de 60 kg de café necessárias para adquirir 10 toneladas de fertilizantes(1) no Estado de São Paulo

(1967 – 1978)

Anos	Sacas de 60 kg	Índice (2)
1967	40	100
1968	40	100
1969	20	50
1970	20	50
1971	30	75
1972	20	50
1973	20	50
1974(3)	40	100
1975(3)	17	43
1976	5	12
1977	9	23
1978(4)	15	38

(1) – Preço médio ponderado, posto São Paulo.
(2) – Índice simples base 1967 = 100.
(3) – Considerando um subsídio de 40% nos preços médios de fertilizantes.
(4) – Média de preços de fertilizantes dos cinco primeiros meses do ano.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Prognóstico 78/79 pag. 46.

A relação de preços entre fertilizantes e café apresentou, portanto, certa estabilidade em seu comportamento no período 1969/73, experimentou alta acentuada em 1974 e, a partir de 1975, passou a declinar rapidamente. Os primeiros meses de 1978, contudo, registraram um encarecimento dos fertilizantes em relação à saca de café. É essencial verificar o comportamento dos preços dos fertilizantes no mesmo período de tempo, e isto será feito com base nos dados da Tabela abaixo.

Tabela 2

Evolução dos preços de fertilizantes[1] no Estado de São Paulo

(1967 – 1978)

ANOS	PREÇO CORRENTE	PREÇO REAL[2]	ÍNDICE (3) CORRENTE	REAL
1967	1.834,00	17.710,00	100,0	100,0
1968	2.228,00	17.320,00	121,5	97,8
1969	2.603,00	16.757,00	141,9	94,6
1970	2.846,00	15.294,00	155,2	86,3
1971	3.552,00	15.849,00	193,7	89,5
1972	4.419,00	16.858,00	240,9	95,2
1973	5.472,00	18.132,00	298,4	102,4
1974	14.319,00	36.871,00	780,8	208,2
1975[4]	10.014,00	20.191,00	546,0	114,0
1976[4]	10.609,00	15.142,00	578,5	85,5
1977	22.923,00	22.923,00	1.249,9	129,4
1978[5]	27.581,00	22.188,00	1.503,9	125,3

(1) Preço a vista São Paulo.
(2) Em cruzeiros de 1977, corrigidos pelo índice coluna "2" de Conjuntura Econômica.
(3) Índice simples (1967 = 100).
(4) Sem subsídio, o preço corrente, em 1975, seria de Cr$ 16.689,00/10 t e, em 1976, de Cr$ 17.682/10 t.
(5) Média dos cinco primeiros meses.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Prognóstico 78/79, pag. 42.

Observa-se que, a partir de 1974, houve, em termos reais, uma queda nos preços do insumo, a qual se manteve até 1976, quando as cotações voltaram a se elevar sem atingir, no entanto, os níveis anteriores.

TRATORES TAMBÉM SE TORNARAM MAIS BARATOS PARA O PRODUTOR DE CAFÉ

Uma outra comparação que merece ser feita é entre os preços do café e o custo de aquisição de tratores.

Tabela 3

Sacas de café (60 kg) necessárias para adquirir um trator leve (44 Hp), no Estado de São Paulo.

(1967 – 1978)

Anos	Café beneficiado Sc. 60 kg	Índice
1967	334	100
1968	270	81
1969	187	56
1970	131	39
1971	162	48
1972	116	35
1973	91	27
1974	89	27
1975	67	20
1976	41	12
1977	37	11
1978(1)	67	20

(1) – Média dos cinco primeiros meses.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Prognóstico 78/79, pag. 55.

A relação apresenta um comportamento semelhante ao verificado na comparação dos preços de café e de fertilizantes: uma queda acentuada a partir de 1975 e uma recuperação em 1978. Para determinar o papel dos preços do insumo neste comportamento, tomemos a tabela que segue:

Tabela 4

Evolução dos preços de tratores no Estado de São Paulo[1]

(1967 – 1978)[2]

Anos	Índice Corrente (1967 = 100)	Índice Real (1967 = 100)
1967	100,0	100,0
1968	120,3	96,9
1969	140,8	93,9
1970	141,0	78,5
1971	161,5	74,6
1972	182,7	72,2
1973	194,9	66,9
1974	218,7	58,3
1975	289,6	60,5
1976	254,8	67,2
1977	683,1	70,7
1978	933,5	72,9

(1) – Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44 Hp, posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor de frete e de seguro.

(2) – Índice simples (1967 = 100)

Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Prognóstico 78/79, pag. 54.

Nota-se que, a partir de 1974, o preço real do produto vem apresentando uma evolução moderada. Desta forma, as variações, até certo ponto bruscas, verificadas na Tabela 3 não decorrem do comportamento dos preços de tratores, mas das acentuadas flutuações ocorridas no preço do café no mesmo período.

SALÁRIO REAL AUMENTOU MAS O PREÇO DO CAFÉ SUBIU MAIS AINDA

No que tange à mão-de-obra, o padrão não é muito diferente. Em termos relativos, a Tabela 5 apresenta algumas evidências.

Tabela 5

Relação entre Salário de Colheita e Preço do Café no Estado de São Paulo.

(1971 – 1978)

Anos	Café Beneficiado Salário (1)(a) (Cr$/sc. 60 kg)	Café Beneficiado Preço (b) (Cr$/sc. 60 kg)	Relação (%) (a/b)
1971	19,77	135,00	14,64
1972	23,68	213,80	11,08
1973	32,40	290,00	11,17
1974	45,28	332,64	13,61
1975	54,73	590,00	9,28
1976	147,16	1.948,00	7,55
1977	182,97	2.500,00	7,32
1978	.....	.....	...

(1) – Salário de colheita por saco de 110 litros de café transformado em café beneficiado, com base num rendimento de 19 kg de café beneficiado por saca de café em coco.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Prognóstico 78/79, pag. 54.

Mais uma vez, tem-se uma evolução favorável ao preço do café a partir de 1975, época da geada, devendo-se, no entanto, tentar isolar o efeito do preço do fator sobre esta relação, o que será feito no quadro seguinte.

Tabela 6

Salários Agrícolas em Índices Reais(1) no período 1972–77 no Estado de São Paulo

(1972 = 100)

Anos	Diarista	Volante	Administ.	Tratorista
1972	100	100	100	100
1973	118	110	115	119
1974	128	132	119	124
1975	128	132	123	130
1976	122	133	127	123
1977	130	144	141	133

(1) – Índices simples das médias, calculados a partir de valores reais.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Prognóstico 78/79, pag. 62.

Observa-se que, apesar da queda na relação apresentada na Tabela 5, o preço da mão-de-obra tem crescido em termos reais, exceto em 1976, o que nos permite concluir que o preço do café tem-se elevado mais rapidamente do que o preço do fator.

A TERRA, PORÉM, ESTÁ MAIS CARA HOJE DO QUE EM 1971

Finalmente, no que se refere à terra, a Tabela 7 apresenta uma comparação entre a evolução do preço deste fator e do produto final.

Tabela 7

Sacas de 60 kg de café necessárias para adquirir um hectare de terra no Estado de São Paulo(1)

(1971–1978)

Anos	Sacas de 60 kg necessárias para compra de um hectare
1971	11,45
1972	9,35
1973	11,38
1974	22,85
1975	17,41
1976	7,71
1977	8,83
1978(2)	15,68

(1) – O valor da terra refere-se à terra nua, de primeira qualidade
(2) – Dados provisórios.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Prognóstico 78/79, pag. 72.

Ainda desta feita, os dados mostram uma queda na relação entre o preço do fator e o preço do produto, a partir de 1975, e uma recuperação em 1978, assim como registrado na comparação do preço do café com os preços dos demais fatores considerados. A única diferença é que, para o produtor de café, a terra está relativamente mais cara hoje do que em 1971.

Ao efetuar-se a análise destas tabelas, e comparando-as entre si, observa-se uma tendência geral de queda nas relações entre os preços dos insumos e o preço do produto final, café no período 1974–77, com uma sensível recuperação para o ano de 1978. Observa-se, ainda, que os preços dos insumos vistos isoladamente apresentam, na maioria dos casos, um crescimento moderado no período, não sendo, portanto, as variações nos preços destes fatores a causa principal das oscilações nos preços relativos.

Desta forma, deve-se procurar entender estas oscilações a partir dos movimentos ocorridos com o preço do produto final. A partir de 1975, com as geadas no Sul do país, as cotações internacionais elevaram-se bastante, provocando a médio prazo, uma queda no consumo mundial do produto, a qual, por sua vez, repercutiu negativamente no preço do café já em 1977 e, mais seriamente, em 1978.

Com base nestes resultados, conclui-se que o freqüente argumento de que os custos têm crescido mais rapidamente do que o preço do produto aplica-se apenas ao ano de 1978 e deve-se, sobretudo, à queda experimentada pelas cotações do café no mercado internacional.

Comentários

ARROZ

REVERTER AS EXPECTATIVAS DO MERCADO; EM 1978 NÃO FOI POSSÍVEL

Nos primeiros meses de 1978, quando, na Região Sul, a seca e, nos Estados Centrais, o veranico provocavam efeitos desastrosos sobre a produção de arroz (quebra de 1 milhão de t em relação à previsão inicial), as autoridades insistiam em negar a possibilidade de que o abastecimento viesse a ser prejudicado. Argumentava-se que os elevados estoques oficiais formados nos "anos de fartura" seriam suficientes para, somados à pequena colheita da safra 77/78, fazer frente às necessidades internas de consumo. O recurso ao mercado internacional era, assim, descartado. Este foi o posicionamento adotado até o início do plantio da safra 78/79 da região Centro–Sul, quando, finalmente, foram realizadas importações de 115 mil t de arroz. Durante o ano, no entanto, os preços haviam crescido 53% no varejo, muitas cidades menores sofreram problemas de abastecimento, e o produto comercializado, principalmente a partir de setembro/outubro passado, era de qualidade duvidosa.

Obviamente, a divulgação daquelas previsões otimistas objetivava gerar nos diversos segmentos do processo de produção e comercialização de arroz, a certeza de que, em 1978, o abastecimento seria tranqüilo, e de que o governo estava munido de instrumentos capazes de impedir aumentos indesejáveis de preços, a despeito da quebra na produção. Os resultados desta tática são, no entanto, de difícil avaliação, embora seja ao menos sintomático que as autoridades tenham mudado de comportamento este ano.

CFP ANUNCIA REAVALIAÇÃO DE SAFRA E NECESSIDADES DE IMPORTAÇÃO

Há poucas semanas, a CFP divulgou uma reavaliação de sua previsão da safra 78/79 de arroz. Esta reavaliação situa o nível esperado de produção entre 8,1 e 8,4 milhões de toneladas (menos 10%, aproximadamente, em relação à previsão de novembro passado). Na mesma oportunidade, anunciou que o governo tenciona realizar importações de arroz, avaliando seu montante em 200 mil t. A CFP ressaltou ainda que sua previsão de safra poderá vir a ser novamente reavaliada (acredita-se, no mercado, que para menos 100 a 200 mil t) pois a safra em alguns estados encontra-se em fase atrasada de desenvolvimento.

EXPECTATIVAS ALTISTAS AGRAVADAS

Na verdade, a expectativa de produção vigente no mercado, antes da divulgação da estimativa da CFP, já era pessimista, em virtude dos graves problemas climáticos que atingiram alguns estados da região Centro-Sul. Entre os comerciantes, havia se generalizado a certeza de que, a partir de setembro/outubro de 1979, quem ainda detivesse arroz estocado conseguiria realizar bons negócios. Assim, a reavaliação da safra foi encarada pelo mercado como uma confirmação desta expectativa. Segundo algumas fontes, mesmo nas regiões onde a nova safra já foi colhida, o produto não foi levado ao mercado e este fato explicaria o recente aquecimento dos preços, a nível do mercado atacadista livre, bem como as reclamações dos supermercados que, segundo afirmam, não têm conseguido adquirir arroz a preços compatíveis com o tabelamento em vigor.

Comentários

Em conseqüência da pré-existente expectativa altista, reforçada pela reavaliação da safra e pelo anúncio de importações, o esperado esfriamento dos preços a nível de atacado no início da colheita não se vem verificando. Nesse sentido, a mudança de atitude da CFP, apesar de louvável, parece ter sido recebida por alguns setores como uma confirmação de que existe uma expectativa de alta considerável dos preços em 1979, também por parte das autoridades. Como, freqüentemente, os organismos oficiais têm sido demasiado otimistas, há quem pondere que "se o governo reconhece uma quebra significativa da produção ainda no início da colheita, quando as informações são escassas, a perda acabará certamente se revelando bem superior".

NECESSIDADE DE IMPORTAÇÃO TEM SIDO SUPERESTIMADA POR ALGUNS SETORES

No período mar/78—mar/79, foram consumidas, no Brasil, aproximadamente 8,5 milhões de t (7,4 milhões de t da safra 77/78, 1,0 milhão de t provenientes de estoques oficiais e 115 mil t importadas). Este ano, se a produção atingir 8,1 milhões de t (limite inferior da previsão da CFP) faltarão 400 mil t para que a oferta interna alcance nível idêntico ao de 1978. Segundo fontes do setor privado, o país precisaria dispor adicionalmente de 100 a 200 mil t para que o controle dos preços internos se viabilizasse. Assim, o Brasil necessitaria importar, em 1979, algo em torno de 600 mil t de arroz, segundo têm alardeado aqueles setores.

No entanto, alguns fatores deverão contribuir para reduzir este nível de dependência externa, caso seja possível uma atuação eficaz e tempestiva dos organismos oficiais. Por exemplo, os preços recebidos pelo orizicultor elevaram-se em aproximadamente 70%, no período fev/78—fev/79, segundo cálculo do CEA/FGV. Esta variação de preços deverá, ao mesmo em parte, inibir a tendência à estocagem, motivada pela perspectiva de preços futuros elevados, principalmente se a intenção de realizar importações se transformar brevemente em iniciativas concretas. Adicionalmente, a CFP anunciou pretender adquirir, ainda no período de colheita, arroz a preço 20% superior ao preço mínimo, transacionando sempre diretamente com produtores e cooperativas localizadas em regiões nas quais a produtividade do arroz atingiu, nesta safra, nível considerado satisfatório. Se este último empreendimento se mostrar exeqüível, em muito facilitará a tarefa de controlar os preços do arroz em 1979, sem lançar mão desarvoradamente do recurso às importações.

COMO DETERMINAR A QUANTIDADE A SER IMPORTADA?

Quanto à determinação da quantidade a ser importada, esta depende, inicialmente, do grau de controle que as autoridades desejam exercer sobre a evolução dos preços do arroz; ou seja, as compras no exterior são função da variação nominal dos preços que o governo estaria disposto a permitir em um dado período de tempo. A rigor, é sempre possível reduzir os preços na proporção desejada, desde que se recorra, sem limites, à importação. Na prática, contudo, é preciso levar em conta a disponibilidade de divisas, a necessidade de manter a remuneração do produtor nacional em nível adequado e a dificuldade de se imobilizar grandes somas financeiras na estocagem de um único produto. Sendo assim, é preciso fixar um objetivo a ser atingido, em termos de preços nominais, que seja compatível com as limitações apontadas

acima. Além disso, para determinar a quantidade importada que manteria os preços nominais no nível desejado, faltam informações econômicas a respeito das elasticidades—preço e renda da demanda de arroz. Por exemplo: não se conhece o efeito de redução dos preços que resultaria da importação de uma determinada quantidade do produto.

Na falta de dados estatísticos mais sofisticados, e caso o governo valorize sobretudo o objetivo de contenção dos preços, o mais aconselhável é a importação imediata de quantidades significativas de arroz, ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando as primeiras aquisições no exterior foram de apenas 15 mil t. A alternativa de realizar pequenas compras ao longo do ano, à medida que se mostrem necessárias, envolve certo coeficiente de incerteza. Inicialmente, porque o sistema de informações econômicas no Brasil não é eficiente a ponto de permitir ao governo detetar, com a devida antecedência, crises de escassez ou movimentos especulativos; em seguida, porque nem sempre é possível adquirir no exterior as quantidades necessárias no momento desejado.

No entanto, é bom lembrar: uma coisa é controlar preços, impedindo-se que a ação de especuladores resulte em prejuízos ao consumidor, e outra é deprimir excessivamente a remuneração ao produtor. A primeira constitui atitude sadia, e até mesmo obrigação governamental, enquanto que a segunda traz sempre, em seu bojo, prejuízos ainda maiores no futuro.

MILHO

CICLO DE ESCASSEZ DE CARNE BOVINA REQUER CRESCIMENTO DA OFERTA DE MILHO E RAÇÕES

No abastecimento interno de milho relativo ao período comercial abril 78/março 79 revela-se de grande importância a análise da integração entre os mercados de rações e de carnes — pequenos e médios animais, em especial, que são responsáveis pelo consumo de aproximadamente 85% da produção nacional de rações (10,5 milhões de t, em 1978).

Com efeito, face à perspectiva de prolongamento do atual quadro de escassez de carne bovina, é de se esperar um crescimento significativo na produção de frangos de corte e de suínos. Decorre, daí, a necessidade de proporcionar um suprimento de

milho e rações compatível com a expansão destes dois setores mais dinâmicos da atividade pecuária.

Nesse sentido, espera-se um crescimento de 15% da avicultura de corte, enquanto a exploração suinícola certamente recuperar-se-á, livrando-se dos malefícios advindos da desenfreada especulação de que foi alvo por ocasião da "peste suína africana".

A grosso modo, cogita-se uma demanda potencial por milho ao redor de 17,5 milhões de t. Em contraposição, no que tange à oferta de milho e rações, somam-se alguns indicadores a destacar:

- relativo consenso a respeito das estimativas oficiais da safra de milho entrante (16,7 milhões de t);
- inexistência de estoques de milho ao final do período comercial recentemente findo (março 79);
- perspectiva de redução no auto-consumo a nível de propriedade rural (via estímulo de preços), ampliando, assim, a quantidade ofertada no mercado;
- utilização de sucedâneos do milho na formulação de rações.

EQUILÍBRIO PRECÁRIO ENTRE OFERTA E DEMANDA DE MILHO E RAÇÕES RECOMENDA IMPORTAÇÃO DO CEREAL

Em síntese, o prognóstico traçado revela um pano de fundo de efetivo aperto e equilíbrio no abastecimento interno de milho e rações, notadamente nos meses finais do atual período de comercialização. Eventuais importações, num máximo de 500 mil t, poderão ser efetuadas no sentido da composição de um estoque de segurança objetivando, de imediato, o controle dos preços.

No sentido de prevenir especulações com os preços do milho no decorrer do ano, seria oportuno que os estoques oficiais fossem, em parte, recompostos mediante compras no mercado interno, no período de entrada do grosso da safra. Tais aquisições, a um nível de preços fatalmente superior ao do mínimo de referência, devem ser efetuadas nos estados com excedente de produção (MG, PR e GO, por exemplo), principalmente em regiões com dificuldades de escoamento da produção onde os comerciantes especuladores encontram vasto campo de atuação.

Por outro lado, as eventuais importações, preferencialmente efetivadas no segundo semestre, somar-se-iam aos estoques formados internamente no sentido do controle de preços e do atendimento à avicultura, suinocultura, indústria de rações, etc.

Por fim, as frustrantes experiências do passado realçam a necessidade de adequar-se com suficiente cautela tais políticas de curto prazo ao objetivo maior de estímulos à produção, notadamente à época do plantio.

FEIJÃO

CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS DESFAVORÁVEIS PREJUDICAM PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FEIJÃO EM 1979.

A cultura feijoeira foi, sem dúvida, uma das mais atingidas pelas péssimas condições meteorológicas que imperaram tanto no Sul quanto no Centro do país. E isso, não só no começo do presente ano, como também em agosto de 1978, época de plantio da safra da seca na porção meridional brasileira.

Os primeiros números da CFP relativos à safra das águas, liberados em fevereiro, previam uma produção total em torno de 1,25/1,35 milhões de toneladas (em média, 0,4% acima daquela estimada pelo mesmo órgão em 78), com uma participação de 41% de feijão preto e de 59% de feijão de cores.

No entanto, à medida que o clima deteriorava naqueles estados que respondem pela maior parte do produto colhido na safra das águas (PR, MG e RS), os números foram periodicamente recalculados. Em abril, a primeira safra brasileira de feijão já era estimada, também pela CFP, entre os níveis mínimo e máximo de 1,14 milhão de t e 1,20 milhão de t, respectivamente, ou seja, uma queda de 8,8/11,1% em relação aos números inicialmente esperados.

As enchentes e a seca não só causaram perda significativa da safra das águas como também contribuíram para prejudicar sobremaneira o plantio da safra da seca, atrasando-o ou desincentivando os agricultores a plantarem, visto ser a cultura de feijão de grande risco, extremamente suscetível a perdas, como, por exemplo, no caso de uma má distribuição de chuvas que possa prejudicar o crescimento e a maturação da planta.

Atualmente, especula-se sobre o volume da safra das secas, cuja colheita deverá ocorrer, em maior escala, em meados do ano, sendo que a 1ª estimativa da CFP foi de 1,81/1,36 milhões de toneladas, ou seja, entre 7,8 e 24% superior à safra das secas de 78.

Mesmo assim, esta expectativa inicial de que a safra da seca seja bastante compensadora e, conseqüentemente, que o abastecimento interno mantenha-se a níveis satisfatórios, perde muito se comparada à disponibilidade bruta brasileira de feijão nos anos de 1967 e 1972, como é mostrado no quadro a seguir:

BRASIL – FEIJÃO
PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO, IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO E DISPONIBILIDADE BRUTA

ANO	PROD. NAC. (t)	REND. MÉDIO (kg/h)	IMP. (t)	EXP. (t)	DISP. BRUTA (t)
1964	1.950.683	623	306	0	1.950.989
1965	2.289.796	700	791	10	2.290.577
1966	2.148.100	646	15.454	0	2.163.554
1967	2.553.577	708	11.770	2.254	2.563.093
1968	2.418.877	661	6.685	27.925	2.397.637
1969	2.199.974	606	1.352	17.853	2.183.473
1970	2.211.449	633	1.747	741	2.212.455
1971	2.463.767	682	2.138	242	2.465.663
1972	2.676.225	674	1.229	5.585	2.671.871
1973	2.210.824	584	13.893	33	2.224.684
1974	2.238.021	520	1.431	2.326	2.237.126
1975	2.270.747	550	3.705	55.803	2.218.649
1976	1.842.262	485	52.737	18	1.894.891
1977	2.327.200	544	81.818	17.561	2.391.457
1978	2.390.000	501	17.233	710*	2.406.523*

*Até outubro.
Fontes: SUPLAN/MA, CACEX, IBGE, CFP.
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola.

No entanto, a próxima previsão da 2ª safra brasileira de feijão, a ser liberada pela CFP em meados de maio, deverá apresentar valores ligeiramente inferiores àqueles inicialmente prognosticados, uma vez que a estiagem que, no momento, assola o nordeste, vem frustrando a expectativa inicial de uma produção total de1.000/1.150 t de feijão de cores. Pernambuco e Ceará (respectivamente, o 2º e 3º maiores produtores da safra das secas em 78) esperavam produzir, conjuntamente, um total de 357.500 t de feijão na atual safra, mas já há estimativas de perdas da ordem de 50% no caso do Ceará, enquanto que a safra pernambucana, inicialmente prevista em 200 mil t, também está seriamente comprometida.

SAFRINHA 1979: PERSPECTIVAS ALENTADORAS

Por outro lado, a continuarem as boas condições climáticas no Centro-Sul do país, a safrinha de feijão de cores deste ano deverá ser bastante boa, abastecendo satisfatoriamente o país com as diversas variedades provenientes daquela região. Minas Gerais que, em 78, produziu mais de 160 mil t de feijão da safra da seca, este ano pretende contribuir com 180 mil t, devendo novamente posicionar-se como o 1º produtor da safrinha.

O panorama, no que diz respeito, especificamente, ao feijão preto, é um pouco mais preocupante. O Rio Grande do Sul, o segundo maior produtor brasileiro dessa varie-

dade, plantou somente 32.100 ha, na atual safrinha, ou seja, 34,5% a mesnos do que em 78. Por outro lado, espera-se um rendimento médio por ha, este ano, naquele estado, pouco menor do que o dobro daquele verificado em 78. Caso isto se verifique, a produção gaúcha da safrinha poderá alcançar 22.470 t (ou seja, 27,7% a mais do que em 78), cerca de 90% dos quais (20.233 t) serão de feijão preto.

Mesmo assim, visto que a maior parte da produção da safra da seca provém de estados onde a participação do feijão preto é ínfima ou mesmo nula (MG, PE, SP, BA), é de se esperar que esta variedade perfaça menos de 15% do total colhido no país.

No que tange aos estoques oficiais desta variedade, estes praticamente inexistiam no começo do ano, quando ocorreu o maior aperto no mercado após as primeiras notícias de quebra da safra das águas. Divulgou-se que, em janeiro, das 38 mil t de feijão em posse da CFP, somente 2% eram de feijão preto.

FEIJÃO PRETO E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA: INFLUÊNCIA QUE NÃO PODE SER DESPREZADA

Conseqüentemente, o aumento no preço desta variedade no atacado do Rio de Janeiro, de janeiro a fevereiro, foi superior a 25%, com o preço da saca de 60 kg do produto proveniente do Paraná elevando-se de Cr$ 450,00 em janeiro para Cr$ 570,00 em fevereiro. Ultimamente, as cotações vêm decrescendo, uma vez que a proximidade da safra das secas contribuiu para um certo afrouxamento do mercado. Esta tendência deverá acentuar-se à medida em que o produto novo chegar em maiores quantidades ao Rio de Janeiro, cujo consumo médio mensal do produto encontra-se entre 11 e 14 mil t. Também no varejo houve elevação significativa do preço, que aumentou, aproximadamente, 23% durante os três primeiros meses do ano.

Interessante se torna observar a evolução do preço do feijão em cada uma das semanas de março, através da comparação das médias semanais, de modo a evidenciar a influência do produto sobre o aumento do custo de vida no Grande Rio no mês em questão. Assim, do dia 25 de fevereiro ao dia 1º de abril, os aumentos percentuais verificados foram:

1ª semana: + 3,1%
2ª semana: + 3,96%
3ª semana: + 3,2%
4ª semana: + 2,7%
5ª semana: + 1,5%

A INCERTEZA QUE AINDA PERDURA QUANTO ÀS IMPORTAÇÕES

A desaceleração da tendência de alta, a partir da terceira semana de março deveu-se às vendas, neste centro consumidor, de parte dos estoques de feijão mantidos pelas cooperativas paranaenses, que, em janeiro, somavam 68.978 t.

As primeiras notícias referentes à importação de feijão dão conta de que serão adquiridas 100 mil t do produto no exterior. Caso estas compras se concretizem, a

disponibilidade interna de feijão em 79 poderá situar-se em torno de 2,42/2,66 milhões de t, números que garantiriam um consumo de pouco mais de 20 kg do produto por habitante este ano.

Por outro lado, sabe-se que a disponibilidade de feijão preto por parte dos tradicionais fornecedores do Brasil (Chile e México) é pequena, o que naturalmente importará em maiores gastos no caso de sua aquisição. Vale lembrar que, em 78, quando a oferta internacional do produto também era reduzida, a tonelada de feijão preto adquirida pelo país custou, em média, US$ 350,00/FOB.

AÇÚCAR

PERSPECTIVAS NO MERCADO DE AÇÚCAR NÃO SÃO BOAS...

O mercado mundial de açúcar vem atravessando, desde 1975, um período de depressão, com queda nos preços, e farta disponibilidade de matéria prima. Para a safra 78/79, os estoques mundiais deverão permanecer elevados, situando-se, segundo a estimativa do F.O. Licht, em 32 milhões de t, o que equivale a 36% do consumo. Considerando-se como normal um nível de estoques situado entre 25 e 28% do consumo, o mercado terá um excedente de 7 milhões de t para o período.

...PORQUE OS ESTOQUES ESTÃO MUITO ELEVADOS

Este quadro, de crescente acumulação de estoques, foi precedido de um período (69/70 a 73/74) em que o mercado defrontou-se com progressiva escassez de matéria prima. Um dos principais fatores explicativos da alteração do perfil deste mercado desde 73/74 foi o crescimento da produção mundial de açúcar a taxas médias anuais superiores às do consumo – 3,56% a.a. e 2,06% a.a. respectivamente. Durante o intervalo compreendido entre 69/70 e 72/73, estas taxas foram de 2,6% a.a. para o consumo e apenas 1,34% a.a. para a produção.

MAS HOUVE ÉPOCA EM QUE SE TEMEU A ESCASSEZ

O crescimento da produção procurou atender à expectativa de que o mercado viria a se defrontar com grande escassez de produção nos anos 70. As razões destas previsões tinham suas bases no Acordo Internacional do Açúcar (AIA) de 1968 que, pela sua estrutura de quotas de exportação, desestimulava os países com grande potencial de desenvolvimento da cultura. Ao sofrerem severas restrições em suas exportações, os países realocaram seus sistemas produtivos em direção a culturas mais rentáveis. Outros eventos importantes foram as sucessivas quebras de safra em Cuba (das 8.533.413 t, em termos de demerara, de 1969/70, para 5.349.810 t, em 72/73) e na URSS (de 9.638.000 t, ainda em demerara, para 8.200.000 t em 73/74), e a elevação dos custos de instalação e modernização das usinas.

Como fatores limitativos do crescimento do consumo, podem ser apontados os níveis de ingestão de açúcar já atingidos nas populações dos países desenvolvidos (em torno de 45 kg per capita/ano) — considerados satisfatórios — e o lento crescimento do mercado em países como China, Bangladesh, Índia e Indonésia, onde se poderia esperar uma significativa expansão do consumo. Estes aspectos, associados à baixas elasticidade-renda do produto (e_r = 0,29 para o mundo) — excetuando regiões muito carentes como a Índia (e_r = 1,02) — apontavam para uma necessidade de alteração no perfil da distribuição de renda dos países subdesenvolvidos para favorecer a esperada expansão natural do mercado consumidor.

ESTOQUES ALTOS SÃO SINÔNIMO DE PREÇOS BAIXOS...

Para a análise do mercado, os níveis dos estoques mundiais constituem bons indicadores da situação de escassez ou abundância, pois pode-se observar uma relação inversa entre mudanças nos níveis dos estoques e movimentos de preços.

Tabela 1

Estoques e Preços Nominal e Real no Mercado Mundial de Açúcar

Ano	P. nominal US¢ /lb	P. real*1 US¢ /lb	Estoques*2	Estoque/ consumo (em %)
68/69	3,06	5.61	19,177	28,39
69/70	3,40	6.01	21,174	29,58
70/71	4,35	7.40	18,801	25,45
71/72	6,38	10.46	16,940	22,47
72/73	8,79	13.09	15,951	20,65
73/74	18,70	23.78	15,892	19,85
74/75	30,48	33.97	17,305	22,28
75/76	12,88	13.69	20,441	25,58
76/77	8,29	8.98	23,330	28,12

Preço real março 77 = 100
*1 = deflator do dolar — FMI (base: março 1977 = 100)
*2 = em mil t

Uma vez constatado um comportamento cíclico para preços e estoques no mercado mundial cabe verificar as razões da queda abrupta das cotações mesmo quando os níveis de estoques não estavam ainda elevados. A conquista de uma parcela do mercado por produtos competitivos, substitutos do açúcar de cana e beterraba, incentivada no período de escassez da matéria-prima, ajudou a deprimir mais rapidamente o mercado quando da reversão do quadro.

E, NESSES CASOS, PENSA-SE DE NOVO NO ACORDO

Como recurso regulador do mercado se coloca novamente a possibilidade de um acordo internacional. Os temas em discussão permanecem basicamente os mesmos: controle da produção, preços compatíveis com os custos de produção acrescidos de

uma margem de lucro normal, determinação de quotas de exportação para os países membros, formação de estoques reguladores e intervalos de preços entre os quais as cotações deverão flutuar (US ¢ 11/lb – US ¢ 21/lb). Qualquer deslocamento deste intervalo acionaria os mecanismos reguladores de mercado que, associados à formação ou desova dos estoques, fariam com que os preços retornassem aos patamares previstos no acordo. Quando os preços se situarem entre US¢ 14 e US¢ 15 o mercado poderá ficar livre de quotas e outras limitações às exportações.

EMBORA NEM SEMPRE ELES FUNCIONEM

Muitos foram os acordos que tentaram sem êxito regular o mercado. Dois aspectos devem ser apontados. O primeiro diz respeito ao fato dos produtores só se mobilizarem na direção de acordos internacionais em períodos de crise de superprodução. O segundo é o fato de muitos dos motivos que impediram a operação dos acordos de modo satisfatório persistirem entravando a organização do mercado. Foram eles, entre outros:

1) A pouca representatividade dos países membros do acordo.
   Exemplo: em 1937, apenas 10% da produção mundial pertencia ao mercado livre;
2) A ausência sistemática dos EUA nos AIA de 1937, 1953, 1958 e 1968.
   Somente a partir de 1974, quando expirou o "Sugar Act" os EUA passaram a participar do mercado livre que teve, então, uma representação de 80% do comércio mundial de açúcar. Durante a vigência do Sugar Act (1949–1974), os EUA estabeleciam quotas a serem compradas dos países exportadores. Com esta medida, tinham assegurado seu suprimento interno e, ao mesmo tempo, ao ficarem fora do mercado livre, frequentemente o desorganizavam;
3) A resistência dos países membros em reduzir as suas quotas de exportação em períodos de excedente de produção;
4) As crises políticas entre os países.
   Exemplo: Em 1960, os EUA deixaram de importar de Cuba, provocando uma queda nas cotações pelo aumento da disponibilidade no mercado.
5) Os arranjos preferenciais que passam a suprir determinadas áreas fora do acordo.
   Exemplo: CEE e países do APC através da Convenção de Lomé e acordos entre Cuba e países socialistas.
   O novo acordo, cujas negociações iniciaram-se em 1977, defronta-se com a resistência norte-americana em ratificá-lo devido a problemas internos com os produtores de açúcar que reinvindicam reserva de mercado garantida para seu produto. A importância dos EUA está em sua destacada participação no mercado – é o maior importador líquido. Para 78/79, estima-se suas necessidades de importação em torno de 5,0 milhões de t.

OS EUA ENTRE A RATIFICAÇÃO E O "SUGAR ACT"

De 1974 até o verão de 1976, os preços no mercado livre eram ditados, em grande extensão, pelos preços pagos aos plantadores norte-americanos de cana e beterraba e também pelos preços pagos pelos seus consumidores. A partir do verão de 76, as co-

tações do mercado livre se situaram abaixo do custo de produção norte americano, o que levou à discussão de nova legislação açucareira.

A reedição do sistema do "Sugar Act" pelos EUA resultaria em prejuízo do mercado mundial e dificultaria a recuperação das cotações. Atualmente, discute-se um programa interno norte-americano que, uma vez efetivado, permitirá o ingresso daquele país no Acordo Internacional do Açúcar. Isto resolvido, poder-se-á caminhar no sentido da recuperação do mercado.

A CEE PODE AJUDAR

O comportamento da CEE, que se mantém à margem do AIA mas tem um excedente exportável da ordem de 2,54 milhões de t, deve ser ponderado. Em princípio a Comunidade estaria disposta a limitar sua participação no mercado no sentido de favorecer sua recuperação. Entretanto, o demorado início do acordo tem provocado um comportamento agressivo da CEE no mercado. Este comportamento poderá ser seguido por países signatários do acordo detentores de estoques elevados.

ASSIM COMO ALGUNS EVENTOS CIRCUNSTANCIAIS

Eventos circunstanciais, se associados à entrada em operação do AIA de 1977 poderão ajudar o mercado no seu caminho em direção ao piso mínimo de Us ¢ /lb. A URSS, por exemplo, poderá aumentar sua necessidade de compras em 78/79 no mercado livre devido a problemas climáticos que afetaram sua produção. As alternativas na política interna da China, por outro lado, poderão provocar maiores importações de sua parte. Finalmente, problemas monetários internacionais poderão beneficiar o mercado de produtos agrícolas.

O mercado de futuros, entretanto, ao apontar para as negociações praticadas, em termos reais (cotações em torno de Us¢ 9,50 para o final de 1979) revela certa descrença na pronta recuperação dos preços.

E O BRASIL NISSO TUDO?

Dentro deste contexto, cabe situar o caso brasileiro. Ao se tornar signatário do Acordo de 1977, o Brasil teve sua quota de exportação limitada inicialmente em 1,95 milhão de t. para 78, e reduzida posteriormente para 1,91 milhão de t., com uma margem adicional de 10.000 t. Portanto, as condições do acordo resultaram para o país em uma contração nas exportações da ordem de 25% em relação ao ano anterior, pois efetivamente se exportou 1,92 milhão de t. em 78.

Com a alternativa de exportação restrita ao tamanho de sua quota e, como o setor vinha atravessando sérias dificuldades econômicas e financeiras, a atuação do Programa Nacional de Álcool representou, ainda que temporariamente, um alívio para os produtores.

Os problemas que conturbavam o mercado decorriam da insufiência do preço oficial atribuído ao açúcar e à cana, além da inexistência de pesquisas genéticas sistemáticas que prevenissem a degenerescência das variedades. Finalmente, o confisco da diferença entre os preços pagos pelo IAA aos produtores e aquele obtido com as exportações em 73 e 74 contribuiu para o agravamento da crise. Muitas

usinas que investiam em ambiciosos programas de expansão e modernização, recorrendo aos financiamentos do Fundo de Exportação, terminaram não podendo cumprir seus compromissos financeiros nos prazos contratados.

O PROÁLCOOL CHEGOU EM BOA HORA...

O Proálcool revelou-se, portanto, como projeto reativador do setor. Para direcionar a produção para o álcool foi melhorada a paridade do açúcar em relação ao álcool: de 44 litros/sc de 60 kg em 1975, a paridade foi reduzida para 42 litros/sc em outubro de 78 e para 40 litros/sc no início de 1979.

...MAS FALTA INSTITUIR A PARIDADE ECONÔMICA

A nova equivalência é mais realista do ponto de vista técnico na medida em que reflete aquilo que efetivamente poderia ser produzido de álcool renunciando-se a certa quantidade de produção de açúcar. No entanto, dado o parque industrial estabelecido e as relações de produção e custo, o indicador relevante seria a paridade econômica, ou seja, quanto custa efetivamente produzir álcool comparativamente a açúcar. Esta paridade situar-se-ia então em torno de 37-38 litros/sc.

Os atuais preços do açúcar, bem como a necessidade de recursos para fazer frente aos problemas financeiros do setor, contribuiram para o engajamento dos produtores de açúcar na produção de álcool. A crise do petróleo veio favorecer a reserva do mercado para o produto. O excedente de gasolina, obtido com o menor consumo registrado a partir da mistura de álcool na gasolina, tem sido exportado para alguns países da América do Sul e África.

SUBSTITUIÇÃO EM MAIOR GRAU DA GASOLINA POR ÁLCOOL REQUER AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

As interrogações que persistem referem-se à possibilidade de se obter eventualmente uma substituição total de gasolina por álcool. Neste sentido, seria necessária uma expansão da área plantada dos atuais 2,5 milhões de hectares para 3,3 milhões de ha, desde que se associasse a esta área processo de irrigação, certamente envolvendo custos elevados. De outra forma, serão necessários 9,2 milhões de hectares, o que implicará em grande expansão da produção para um programa de resultados ainda incertos.

SOJA

INFLAÇÃO VS BALANÇO COMERCIAL

Mais uma vez o país tem que escolher entre assegurar o abastecimento interno e expandir as exportações de soja, em grão ou na forma de derivados. E o governo

hesita entre controlar o índice do custo de vida e melhorar a situação do balanço comercial.

É neste ponto que se localiza a raiz dos problemas atualmente verificados no complexo da soja, no Brasil, afetando consumidores e produtores da matéria-prima, devido às distorções do chamado "modelo exportador", fonte de incentivos à expansão da soja na agricultura brasileira. Deste modo, a análise da situação atual do mercado interno da soja remete, obrigatoriamente, a uma visão prévia do desenvolvimento do mercado internacional nas últimas semanas.

DIVERSOS FATORES TÊM CONTRIBUÍDO PARA MANTER ELEVADAS AS COTAÇÕES INTERNACIONAIS DA SOJA

As cotações internacionais do complexo vem-se mantendo elevadas – conforme o esperado, em razão não só da frustração da safra no Brasil como, também, devido ao precário equilíbrio existente entre a oferta e a demanda mundiais da leguminosa. Durante o ano comercial internacional 78/79, a demanda pela soja em grãos deverá crescer cerca de 6% (eram esperados 2,8%) enquanto a oferta mundial situar-se-á ao redor de 7% (previam-se 9%). Paralelamente, a demanda para industrialização do grão nos EUA está superando todas as expectativas, em razão da contínua depreciação da moeda naquele país (para quem paga com yens e marcos a soja daquele país alcançou o seu preço mais baixo nos últimos cinco anos), do crescimento dos rebanhos de suínos e aves norte-americanos e do inverno rigoroso. Fatores estritamente conjunturais, como o conflito sino-vietnamita e a revolução iraniana intervieram ao lado do aumento das cotações dos metais preciosos e do retorno da China e da URSS ao mercado.

POR QUE O ÓLEO DE SOJA DESAPARECEU NO MERCADO INTERNO?

Em razão da articulação da sojicultura brasileira com o exterior, já no início de fevereiro, a CACEX fixou quotas para o atendimento ao mercado interno, de 1,6 milhão de t de farelo e de 1,08 milhão de t de óleo. Como a possibilidade de que o esmagamento total da safra de 78/79 fique em torno de 9 milhões de t está sendo considerada razoável, teríamos, a partir dela, pouco mais de 7 milhões de t. de farelo e 1,6 milhão de t de óleo. Tais resultados permitem supor não só o pleno atendimento ao consumo doméstico, como também a colocação externa dos excedentes.

No entanto, no mercado interno, o óleo desapareceu. Entre as causas arroladas para sua falta está o atraso na colheita, pois atualmente, só foram colhidos 40% da área. É grande o retardo no Rio Grande do Sul, onde apenas 20% dos hectares plantados foram colhidos. Contudo o ponto focal está no preço da saca dos grãos (por volta de Cr$ 310,00), pago pelas indústrias.

O CASUÍSMO NOVAMENTE COGITADO

O desenrolar dos acontecimentos levou ao anúncio da futura adoção de exportações contingenciadas e de manipulação do crédito bancário como recurso extremo para a obediência às quotas, enquanto na Bolsa de Chicago especulava-se sobre a possibilidade do governo brasileiro recorrer, mais uma vez, ao confisco cambial: de 11% para o farelo e 14% para o óleo.

Comentários

Diante dos impasses configurados, ganham atualidade as alternativas propostas por Agroanalysis (vol I, nº 6) a medidas rígidas, como foi o confisco sobre a venda da soja, por exemplo. Eram elas:

a) articulação do sistema de impostos e incentivos fiscais, penalisando as exportações dos derivados e incentivando a exportação de produtos de maior valor agregado que utilizam o farelo como matéria-prima (frangos por exemplo);
b) criação de uma quota de contribuição restituível, sobre as exportações do complexo, que funcionaria como um fundo de reserva, protegendo os produtores das oscilações do mercado mundial, mantendo a receita de exportação.

A intervenção estatal na comercialização da soja brasileira move-se dentro do confronto já mencionado, porém de forma casuística, gerando dúvidas e sem solucionar, de fato, problemas como o da elevada ociosidade do parque de esmagamento de oleaginosas (60% do Rio Grande do Sul e 40% na média nacional, este ano).

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Lauro Flávio de Faria
Rogério Carneiro Campello
Andréa Delmonte
Iracema Bouza Pessôa
Frederico A. N. B. Neto

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 — Rio de Janeiro — RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo — representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 — 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL